



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE
JANEIRO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
EIXO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS**

**A Educação Financeira e o Conflito Econômico
Internacional Brasileiro:
Compreendendo e solucionando a dependência do
investimento externo**

**Pedro Victor Lopes Vale Ferreira
1410991**

Orientador: Conor Foley
Período:2019.1

**Rio de Janeiro
2019**



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE
JANEIRO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
EIXO DE CONFLITOS INTERNACIONAIS**

**A Educação Financeira e o Conflito Econômico
Internacional Brasileiro:
Compreendendo e solucionando a dependência do
investimento externo**

**Pedro Victor Lopes Vale Ferreira
1410991**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

**Rio de Janeiro
2019**

Dedicatória

Dedico este trabalho especialmente à minha mãe Aida, a meu pai Victor, a minha tia-avó Maria de Lourdes, à minha madrinha Maria Bianca e ao meu primo Cleyton. Um agradecimento especial à PUC, ao IRI e ao professor Conor.

Dedico também aos meus professores, amigos e colegas que pela amizade, bons conselhos e bons debates, constantemente me agregaram em aprendizado.

Por fim, esta dedicatória também é para minha falecida avó Maria Isabel e meu falecido dindo Walter que tiveram contribuição fundamental em minha família para o progresso na conclusão dos estudos.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a origem da dependência econômica no Brasil. Portanto, traçaremos uma cadeia de raciocínios sobre a dependência do investimento externo na economia brasileira, trazendo como argumento central, uma tangível, realista e parcimoniosa solução para pôr fim ou ao menos restringir o ciclo conflituoso que castiga o país, sucessivamente, ao longo de sua história econômica. De fato, como já ocorrido em cenários passados, em pleno 2019, ano em que escrevo esta obra, os resultados econômicos assolam a empregabilidade e o poder de barganha comercial da nação, dependendo mais uma vez de massivo capital estrangeiro e otimismo nacional generalizado para rodar a engrenagem na bolsa, no comércio, e gerar esperança na gradual recuperação da indústria nacional. Todavia, neste demorado impasse ocasionado por uma recessão, ocorrem gravíssimas colheitas para a sociedade, como a precarização dos recursos para setores cruciais, como a saúde, a educação e a infraestrutura. Em paralelo, o aumento da violência e a queda do índice de bem estar de uma forma geral ocasionam a fuga de capital nacional e queda na retenção de capital intelectual, prejudicando a retomada da economia, mais uma vez, como um todo. Tendo isto em mente, mostrarei uma série de comparações com as demais economias que conseguiram progredir nesta etapa do crescimento rumo à autonomia econômica em superávit primário e alcançando grandes resultados em direção ao status de país de primeiro mundo.

Veremos como o contexto político, cultural e educacional impactaram a construção de uma personalidade financeira da nação, proporcionando a compreensão de que a mudança só ocorrerá no longo prazo por conta da lucidez popular sobre ideias viciadas que se demonstraram equivocadas quando aprofundadas ou colocadas em prática nas políticas públicas e/ou nas iniciativas privadas. Em complemento a esta análise, será visto em conjunto, como os hábitos geram bloqueios mentais que são perpetuados por gerações, sendo diretamente refletidos na educação financeira e penalizando a economia como um todo conforme estes pontos são conectados. Espero que ao final da leitura, com uma contribuição construtiva ao cenário atual, uma nova forma de enxergar este ciclo seja revelada ao leitor, expondo de forma crítica e ácida, a tamanha ignorância que cerca majoritária parcela da população que vive no capitalismo sem compreender a função do capital.

Palavras-Chave: Macroeconomia; Conflitos Internacionais;
Investimento; Finanças; Cultura; Países Emergentes; Política Externa
Brasileira; Sistema Internacional Financeiro; Educação Financeira.

Sumário

LISTA DE ABREVIACÕES.....	6
INTRODUÇÃO.....	7
1 – O CONFLITO É CÍCLICO.....	11
2 – AB ORIGINE.....	15
3 – O BRASIL DO SÉCULO XXI.....	17
4 – O ANTÍDOTO É UNIVERSAL.....	23
BIBLIOGRAFIA.....	27

Lista de Abreviações

SELIC - É a sigla correspondente a Sistema Especial de Liquidação e Custódia, representa a taxa básica de juros da economia no Brasil, que é utilizada no mercado bancário nacional e internacional para o financiamento de operações, tendo como garantias os títulos públicos federais.

BRICS - Bloco de Cooperação Econômica de Países Emergentes composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

PIB (Produto Interno Bruto) - O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas.

FMI (Fundo Monetário Internacional) - O FMI é uma organização internacional que resultou da Conferência de Bretton Woods, em 1944. Concebida no final da Segunda Guerra Mundial. Seus idealizadores tinham por objetivo construir um arcabouço para cooperação que evitasse a repetição das políticas econômicas que levaram à Grande Depressão dos anos 1930 a ao conflito global que se seguiu.

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

Introdução

Na história da humanidade, as comunidades que se desenvolveram conquistando o progresso em âmbito local, foram dominando lentamente os espaços e expandindo a natalidade com seus métodos e ensinamentos. Cada ponto de conhecimento se tornou eterno e duradouro quando ultrapassado por gerações e contribuído na evolução da espécie. Em cada momento em que herdaram e passaram adiante o conhecimento usufruído nos dias atuais, uma contribuição para a unificação da cultura e dos costumes foi dada, tendendo a ser, a cada passo, uma sociedade só. Logo, uma sociedade globalizada.

A globalização é o fenômeno que está unificando todo o mundo de forma ainda mais acelerada no século XXI. Com todo o impacto tecnológico na velocidade da informação, fica nítida que a integração em escala global é uma questão de tempo. Contudo, com a integração das relações humanas por meios de comunicação e pela facilidade de migração, todas as demais áreas de conhecimento tendem a se unificar por consequência.

A Economia é a área que iremos enfatizar e adentrar de forma lógica, para a resolução de uma questão pontual, correspondente a um dos Estados deste imenso sistema que está rumo a integração.

a ciência que engloba a noção de como as sociedades utilizam os recursos para a produção de bens com valor e a forma como é feita a distribuição desses bens entre os indivíduos. Partindo desse princípio, a economia observa o comportamento humano em decorrência da relação entre as necessidades dos homens e os recursos disponíveis para satisfazer essas necessidades.

O Estado escolhido para abordar o tema do conflito econômico é o Brasil, país no qual resido enquanto escrevo este trabalho e onde vivencio diariamente os impasses econômicos e culturais que permeiam nossos costumes e geram imenso reflexo nas políticas de uma série de setores.

Na esfera econômica, ainda em caráter basilar, alguns conceitos como juros, inflação, investimento e independência financeira serão resumidamente esclarecidos para que possamos adentrar no tema com estes conceitos bem definidos.

O juro é o rendimento que se obtém quando se empresta dinheiro por um determinado período. Logo, os juros são para o credor (aquele que tem algo a receber) uma compensação pelo tempo que ficará sem utilizar o dinheiro emprestado. Por outro lado, quem faz um empréstimo em dinheiro ou faz uma compra a crédito, geralmente terá que pagar um acréscimo pela utilização do dinheiro ou pelo parcelamento da totalidade do valor do bem. A esse acréscimo também se dá o nome de juro.

Já a inflação, trata-se de um conceito econômico que representa o aumento de preços dos produtos num determinado país ou região, durante um período.

Em um processo inflacionário, o poder de compra da moeda cai, portanto, em caso de valorização da moeda, ocorre o contrário, a deflação.

Por último, e não menos importante, o investimento.

Em majoritária realidade mundial, todo o cidadão que vive em um sistema capitalista e trabalha com algo, independente do setor, é remunerado pelo capital, ou seja, o salário. Quando invés de usarmos este capital para despesas ou necessidades do presente, nós emprestamos no presente para recebê-lo com juros num período futuro, estamos realizando um investimento.

O investimento parece um ato simples, porém, é o grande segredo dos ricos de todo o mundo que moldaram seus hábitos e práticas por gerações fazendo seu capital aumentar de forma autônoma.

Neste sentido, citarei o autor Yuval Noah Harari, que na obra *Sapiens*, fez o resumido raciocínio sobre a história do dinheiro para entendermos o funcionamento do mais eficiente trabalhador da história da humanidade, pelo menos, até os dias de hoje:

“O dinheiro foi criado muitas vezes, em muitos lugares. Seu desenvolvimento não exigiu nenhum progresso tecnológico, foi uma revolução puramente mental. Envolveu a criação de uma nova realidade intersubjetiva que existe apenas na imaginação coletiva das pessoas.

Dinheiro não se resume a moedas e cédulas. Dinheiro é qualquer coisa que as pessoas estejam dispostas a usar para representar sistematicamente o valor de diferentes mercadorias (como maçãs, sapatos e divórcios), troquem uma coisa pela outra com

facilidade e armazenem riqueza de forma conveniente. Existiram muitos tipos de dinheiro. O mais conhecido é a moeda, que é uma peça padronizada de metal gravado.

Mas o dinheiro já existia muito antes da invenção da cunhagem, e várias culturas prosperaram usando outras coisas como unidade monetária, como conchas, gado, couro, sal, grãos, contas, tecido e notas promissórias.

O dinheiro é, portanto, um meio universal de troca que permite que as pessoas convertam quase tudo em praticamente qualquer outra coisa. Força física é convertida em intelecto quando um soldado dispensado do exército financia sua faculdade com os benefícios militares recebidos. Terras são convertidas em lealdade quando um barão vende uma propriedade para sustentar seus empregados. Saúde é convertida em justiça quando um médico utiliza o dinheiro que cobra pelas consultas para contratar um advogado – ou subornar um juiz. É possível até mesmo converter sexo em salvação, como faziam prostitutas do século XV ao dormir com homens por dinheiro que, por sua vez, elas usavam para comprar indultos da Igreja Católica.

Para utilizar a riqueza, não basta armazená-la. Com frequência, é preciso transportá-la de um lugar para o outro. Algumas formas de riqueza, como bens imobiliários, não podem ser transportados de forma alguma. Mercadorias como trigo e arroz são transportados com dificuldade. Imagine um rico fazendeiro que vive em uma terra sem dinheiro e migra para uma província distante. Sua riqueza consiste principalmente de sua casa e de sua plantação de arroz. O dinheiro resolve esses problemas. O fazendeiro pode vender sua propriedade em troca de um saco de conchas de cauri, que pode carregar com facilidade para onde quer que vá.

Por ser capaz de converter, armazenar e transportar riqueza de maneira fácil e barata, o dinheiro fez uma contribuição vital ao surgimento de redes comerciais complexas e mercados dinâmicos. Sem dinheiro, redes comerciais e mercados teriam sido condenados a permanecer muito limitados em tamanho, complexidade e dinamismo.” (Harari, 2018, p.185).

Pode-se afirmar então que o dinheiro é a mão de obra mais eficiente já criada pela humanidade quando usada de forma inteligente.

Por meio do investimento e do conhecimento financeiro, qualquer cidadão pode elaborar um planejamento orçamentário para harmonizar seu caixa de ativos e passivos, de acordo com as demandas do dia a dia e aumentar exponencialmente seu bem estar e sua qualidade de vida. É impossível viver em um sistema capitalista sem a devida compreensão do sistema financeiro.

A questão crucial engloba o imenso caos financeiro que é realidade na vida da maioria das pessoas ao redor do mundo, e no Brasil, de 99% da população.

Um dado crucial para esta informação é o de que apenas 1% da população brasileira consegue alcançar a independência financeira após exercer a aposentadoria. Ou seja, apenas 1% da população mantém o padrão de vida e os ganhos maiores do que os gastos após chegar à terceira idade.

Essa triste realidade ocorre por conta da desinformação e da falta de educação financeira que assola a realidade das nações.

Partindo destes dados, no próximo capítulo deste trabalho, analisaremos o ciclo econômico que se tornou vicioso no Brasil e discutiremos as principais causas deste processo que só pode ser resolvido com um trabalho contínuo e de longo prazo na gestão financeira do Estado e da população.

O Conflito é Cíclico

Um conflito pode ser definido, de forma genérica, como uma condição mental de quem apresenta hesitação ou insegurança entre opções excludentes; Ou um estado de quem expressa sentimentos de essência oposta. Com esta descrição, podemos alinhar esta divergência a um estado cíclico, onde o mesmo resultado ocorre de forma sucessiva e pelas mesmas causas, sem abertura para fuga das mesmas consequências.

O índice de poupança interna do Brasil, quando comparado a outros países emergentes de características semelhantes, é um dos menores no cenário internacional atual.

A falta de incentivo na esfera pública e privada corrobora para que a população, genericamente, não consiga criar o hábito de poupar e investir a riqueza que se adquire lentamente e arduamente por meios laborais. Pelo contrário, os incentivos de majoritária classe empresarial pública e privada focam nas necessidades presentes com o ansioso e agressivo marketing das necessidades de consumo imediato e da busca por crédito fácil. Todavia, este mesmo crédito, quando concedido, impacta negativamente o poder de investimento do cidadão na próxima remuneração, pois diminui seu poder aquisitivo e paralelamente, começa a contribuir para o endividamento no longo prazo. Logo, impossibilitando o indivíduo de regularizar suas finanças e transformando a nação em uma imensa massa de inadimplentes. Isto ocorre porque a moratória cobrada nestas ações financeiras possuem taxas de juros exorbitantes e geralmente muito superiores à taxa básica de juros (SELIC).

Alguns dados retirados da matéria da Revista EXAME expõem os níveis preocupantes dos índices de dívida e inadimplência como no trecho firmado pela economista Marianne Hanson, da CNC, em nota oficial na entrevista:

“Os brasileiros começaram o ano mais endividados, segundo dados divulgados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O percentual de famílias brasileiras com algum tipo de dívida subiu de 59,8% em dezembro de 2018

para 60,1% em janeiro de 2019, apontou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC).

“A queda na comparação anual indica que persiste o ritmo lento de recuperação do consumo e a cautela das famílias na contratação de novos empréstimos e financiamentos. Segundo a CNC, a alta no endividamento em relação a dezembro do ano passado não compromete a expectativa de retomada da economia. As taxas de juros em patamares mais baixos também constituem um fator favorável a esse resultado. As famílias brasileiras também se mostraram mais otimistas em relação à sua capacidade de pagamento, e o percentual de famílias que disseram não ter condições de pagar suas contas em atraso também recuou””, (Hanson, 2019, Revista EXAME).

O endividamento em massa retratado na entrevista é a triste realidade enfrentada pelo cidadão brasileiro que em sua maioria, é carente de educação financeira nos dias de hoje. Uma bomba informacional diária de incentivo ao consumo desenfreado é mais um dos ingredientes para esse resultado ocorrer. Por conta do déficit educacional do ensino primário ao médio, cerca de 70% da população se torna potencial massa de manobra para o mercado, pois a educação financeira não é um tema ou disciplina de prioridade no enfoque do Ministério da Educação. Portanto, quando se atinge a maioridade, o cidadão brasileiro entra para o mercado de trabalho sendo obrigado a utilizar um sistema financeiro do qual é analfabeto, com exceção dos casos que possuem uma orientação financeira por parte familiar, de ensino privado ou pelo meio no qual é criado.

Esta ínfima parcela da população que se mantém informada sobre a gestão ativa de seu patrimônio é que geralmente tende a compor a classe média alta ou rica dos países emergentes nos horizontes de longo prazo. Isto ocorre, pois criam a cultura da poupança, do saldo positivo e do fluxo de caixa controlado e/ou simplesmente perpetuam a manutenção do patrimônio que lhes foi herdado.

A China, um país que nos últimos dez anos foi considerado emergente e dividiu índices, realidades e interesses de política externa semelhantes a outros players de terceiro mundo como a Rússia, Brasil, África do Sul e Índia. Atualmente se encontra em outra categoria por conta da superação deste conflito econômico vicioso que ainda assombra os demais.

No bloco de cooperação econômica dos BRICS, que simboliza os países emergentes com potencial de crescimento rumo ao primeiro mundo, a China já pode ser considerada como uma aspirante a potência para eventuais disputas econômicas e comerciais contra players já consagrados no globo, entre eles, EUA,

Japão e Alemanha, por exemplo. Isto ocorre porque na China, por possuir um histórico de guerras e um rígido controle educacional de origem Confuciana, pautado na disciplina e na hierarquia, cultivou uma cultura da poupança em sua classe média nos últimos dez anos. Todavia, no momento de seu ciclo econômico positivo, durante o governo Xi Jing Pin, com uma competitiva e subsidiada mão de obra no sistema internacional, o país bateu consecutivos recordes de crescimento anual com grande aquecimento doméstico originado do poder de compra das famílias médias chinesas, que por conta do patrimônio resguardado, ganhou poder de consumo e elevou o PIB nacional.

Passada a etapa de autonomia econômica por conta o aumento de poupança interna de uma economia, concluiremos esse raciocínio sobre o ciclo conflituoso dos países emergentes abordando quais são as duas últimas consequências destas medidas.

Quando o país consegue rodar suas engrenagens por meio da economia doméstica, a fuga do sistema de dependência econômica começa a ser construída, pois a necessidade de investimento externo, que é sugerido por nações detentoras de moedas mais fortes cambialmente, passa a se tornar opcional e o poder de barganha do tomador de crédito aumenta. Ou seja, fica neste ponto, expresso o problema do cabresto financeiro internacional.

Quando as economias começam a se desenvolver, historicamente, tendem a pegar financiamentos externos para acelerarem etapas de crescimento, entretanto se tornam reféns de políticas de juros que fogem do controle de seu próprio banco central, pois já não vai depender da boa vizinhança de seu próprio governo.

Um país de moeda forte doutrina a política monetária dos demais por conta de ser a referência da taxa de juros internacional Logo, quando nações como os EUA, por exemplo, aumentam suas taxas de juros, obrigam por tabela os países emergentes ou atrelados diretamente ao dólar, a aumentarem suas taxas básicas de juros domésticas nas mesmas proporções para manterem sua competitividade na atração de investimento externo.

Um financiamento ou empréstimo internacional geralmente é legitimado por uma política de governo com as premissas de que as contas serão compensadas no longo prazo por conta da aceleração do desenvolvimento que é proporcionada com a infraestrutura construída internamente com este capital. Contudo, a realidade demonstrou que não foi o que ocorreu com países como o Brasil, México, Argentina, Rússia, entre outros...

Devido a grandes solavancos do sistema financeiro internacional que proporcionaram crises sistêmicas, as políticas de regulação abrupta das taxas de juros por parte dos países detentores das moedas fortes, em momentos de recessão, acabam por afundar economias menores em dívidas multiplicadas pelas proporcionalidades cambiais. Estes cenários geram dificuldades na recuperação econômica, ocasionando eventuais moratórias ou criação de novas moedas por se tornarem valores inalcançáveis, como já ocorrido no México, na Argentina e no Brasil.

Para concluir este raciocínio, pode-se afirmar então que a medida que a economia interna se torna crescente com a política de poupança doméstica constante, cabe ao Estado e sua população a mentalidade financeira correta para não recorrer a medidas populistas e imediatistas que endividem as contas públicas com financiamentos e empréstimos que cheguem ao ponto de exaurir a capacidade de honrar suas dívidas. Historicamente é demonstrado que projetos dessa magnitude foram sustentados por promessas de curto prazo até serem aprovados.

Ocorrendo esse descaso, a dependência econômica por conta da arbitrariedade da política de juros de outras nações será o fator determinante para o futuro do país, perdendo assim, seu poder de barganha na política externa e sua autonomia na defesa dos interesses nacionais.

Ab Origine

Conforme exposto a reação em cadeia que gera o conflito econômico em um país por meio da dependência de capital internacional, neste capítulo abordaremos quais foram as raízes deste ciclo prejudicial ao desenvolvimento econômico. Portanto, a ênfase será sobre os fatores educacionais que lapidaram a formação das atuais nações rumo a cultura de tabus financeiros que ontologicamente são sustentados por crenças limitantes que demonizam o capital até os dias de hoje. Veremos que estas mesmas crenças dificultam o progresso da informação educacional financeira e apoiam a ignorância em senso comum por ter se tornado uma característica quase intrínseca de majoritária parcela da população. Logo, enraizando a dificuldade de superar o conflito financeiro do país.

Sabemos que não só o Brasil, mas uma série de países possuem amplas diversidades culturais que contribuíram para a formação de uma identidade nacional. Neste ponto, relembremos as sucessivas ondas migratórias que miscigenaram a população e proporcionaram a síntese da multiculturalidade. Todavia, muitos costumes e crenças acabam não se sustentando conforme são esclarecidos os dogmas derivados das religiões que são perpetuados pelo senso comum.

O Brasil acolhe diversas religiões diferentes, e todas têm liberdade de culto garantida pela Constituição Federal, sem espaço para a intolerância. Existem no país, seguidores da fé católica, evangélica, espírita, do candomblé, umbanda, judaísmo, islamismo, hinduísmo, budismo, tradições indígenas, entre outras...

Segundo o IBGE:

“A religião com maior número de praticantes é a católica, 64,6% da população, enquanto os evangélicos vêm em segundo lugar, 22,2%. Os adeptos do espiritismo são 2,0% da população, enquanto os da umbanda e do candomblé representam 0,3%. Cerca de 107 mil pessoas seguem o judaísmo; 65 mil tradições indígenas; 35 mil o islamismo, e 5 mil o hinduísmo.” (IBGE, Censo 2010).

Fazendo um paralelo com estes dados, a tese que apresento a seguir propõe uma relação de causa e efeito da mentalidade religiosa nos fundamentos da cultura pejorativa do capital. E além, da normalização destes valores no sistema educacional brasileiro conforme as sucessivas décadas que foi sendo construído e enraizado este conceito financeiro na educação básica da população. Vale ressaltar que trata-se de um ponto contribuinte para a conclusão do pensamento geral sobre o capital, porém, não determinante.

No cristianismo, religião majoritária na população brasileira, sempre foi cultivada a tradição de condenar o acúmulo de riquezas e o lucro livre de propósitos baseados nos valores cristãos.

Diversas passagens do testamento bíblico expressam a intenção dos discursos. Entre elas, por exemplo:

“Não empresta seu dinheiro com usura, nem aceita suborno contra o inocente. Quem assim conduz sua vida caminhará seguro e em paz.” (BIBLE, King James. Salmos 15:5).

Já no judaísmo, em contrapartida, há uma corrente de pensamento que exalta o uso do capital em seus princípios, pois trata-se de uma religião que utilizou o sistema financeiro como grande ferramenta frente às circunstâncias de intolerância e perseguição vividas na história. Contudo, em ínfima escala na população brasileira quando comparada a outras escolas de pensamento teológico.

Apesar das atribuições de valores morais que as religiões tendem a fazer com o capital. A economia é uma área que vêm se demonstrando intrínseca a natureza do homem conforme foram sendo complexificados os laços comerciais. Entretanto, nesta passagem, o que importa é compreender algumas das origens que compõem o arcabouço da mentalidade atual da nação, para que mais adiante, seja proposto um caminho para a resolução do conflito financeiro que assola o Brasil e as demais economias emergentes.

A educação financeira é a palavra chave que abordarei nas próximas reflexões. Para adentrarmos na nobreza que o conhecimento proporciona, analisaremos o impacto de uma nova política educacional no Brasil, e quais conseqüências são desencadeadas ao libertar populações de cabrestos financeiros, que sustentam uma série de outros conflitos domésticos que geralmente são justificados por outras raízes, equivocadamente.

O Brasil do Século XXI

Abordando as demais divergências da economia, uma série de outros pontos podem ser complementares na discussão sobre o desenvolvimento, pois sabe-se que é necessário estudar o passado para especular o futuro. Contudo, sintetizar ideias de como estas economias possam lidar com os próximos desafios é o objetivo deste capítulo.

De fato, sabemos que anterior ao fim de Bretton Woods, o padrão-ouro era o lastro que sustentava o sistema financeiro internacional, possuindo o dólar atrelado ao ouro, que era um metal precioso que ficava armazenado em bancos como forma garantidora do patrimônio monetário. Além disso, as “regras do jogo” prevaletes do padrão-ouro eram simples: a quantidade de reservas de ouro do país determinava a sua oferta monetária. Se um país fosse superavitário em sua balança de pagamentos, poderia importar ouro dos países deficitários. Isso elevaria sua oferta interna de moeda, levando a uma expansão da base monetária, o que provocaria um aumento de preços, o que, no final das contas, tiraria competitividade dos seus produtos nos mercados internacionais, freando assim, novos superávits. Já se o país fosse deficitário na balança comercial, exportaria ouro, sofreria contração monetária, seus preços internos baixariam e, no final, aumentaria a competitividade de seus produtos no exterior.

Apesar deste modelo ter sustentado o sistema financeiro por muitos anos, a Primeira Guerra Mundial foi um divisor de águas para este período da humanidade. Com a imensa necessidade de financiamentos, transações e circulação de moeda, fora o crescimento nos índices de natalidade, a paridade para o ouro não estava se sustentando por conta do aumento de emissão de papel-moeda comparado a existência do metal ouro.

A paridade era de uma média de trinta e cinco dólares por onça de ouro. Entretanto, o EUA que extinguiu este regime por estar começando a sofrer em seu

mercado financeiro com os ruídos gerados pelos especuladores, afirmando haver uma futura bolha a ser estourada na insustentação deste lastro. Todavia, como medida preventiva, ocorreu o “Choque de Nixon”, que foi o aumento da taxa básica de juros dos EUA para defender a sua moeda. Esta ação do governo norte-americano, teve como consequência o aumento dos juros nas demais economias com o endividamento das quais estavam em financiamentos via FMI e Banco Mundial, consolidando de vez o fim do padrão ouro e o início do regime flutuante.

No regime flutuante, que é usado até os dias atuais, diferente do sistema de lastro anterior, não há lastro material, logo, a confiança é o fator empírico que sustenta como o regime se organiza conforme a “Mão Invisível”, de Adam Smith, que dita a oferta e demanda de preços das nações.

Fazendo uma analogia a este fenômeno, em um jogo de futebol, todos os vinte e quatro jogadores dentro de campo acreditam que ocorre um gol quando a bola passa a linha entre as quatro balizas, acreditando assim, nas regras do jogo. Da mesma forma, o que mantém o atual câmbio flutuante é a credibilidade de cada indivíduo em cada moeda, levando em conta do Risco País, probabilidade de moratória e sua liquidez financeira.

Em virtude dos fatos, vamos adentrar sobre alguns temas complementares que se desenvolveram de forma simultânea ao progresso do sistema monetário internacional. Entre estes temas, a globalização do comércio internacional e as regulações do mercado de trabalho nas diferentes áreas do globo são os fatores a serem ressaltados como influenciadores na cultura e na educação das nações.

O liberalismo econômico, derivado da Escola de Chicago, foi uma importante vertente que liderou a metodologia do mercado norte-americano na defesa pelo livre mercado, pelas escolhas individuais e pela democracia conforme a expansão do comércio internacional neste período.

O conceito de livre mercado, quando analisado graficamente em longo prazo, força os preços ao patamar mais baixo possível quando ocorre a otimização da competição e das etapas de produção. Por isto, a defesa deste conceito pela vertente da Escola de Chicago é considerada tão importante nos estudos

econômicos, pois o principal beneficiário desta medida é o consumidor e a sociedade como um todo no âmbito da qualidade de vida, conforme as conquistas de se obter mais, trabalhando menos.

Por causa e efeito, quanto mais eficiente é o livre mercado, maior a competição. E quanto maior a competição, menores os preços e menor será a necessidade de trabalho para se obter o básico, pois o preço será obrigado a se tornar o mínimo e os salários, mantidos em lastro inflacionário. No entendimento deste raciocínio, o economista Milton Friedman, ganhador do Nobel de Economia de 1976, foi um grande influenciador junto aos autores mais antigos como o alemão Friedrich Hayek e o austríaco Mises, que juntos, redigiram obras sobre o tema, influenciando economias como Chile, Austrália e Japão.

Em economias de livre mercado, ou em tentativa de maior eficiência de livre mercado, é majoritária a presença, algumas em maior e outras em menor escala, de regulações do mercado de trabalho por parte dos Estados, estipulando as leis trabalhistas como as de férias, licença maternidade, fundos de garantia e direitos como o salário mínimo, décimo terceiro, entre outros quesitos que lapidaram a cultura de mercado da população. Abordaremos algumas destas medidas no intuito de exemplificar como alguns destes conceitos podem gerar resultados opostos quando analisados na prática. Analise a tabela:

Tabela do salário mínimo convertido em dólares, em diferentes países:

	Brasil	Portugal	EUA	Japão	Alemanha
Salário Mínimo em dólar (\$)	\$244,12	\$773,73	\$1276,00	\$1.031,00	\$1.712,90

(EUROSTAT, 12/2018)

Tabela do câmbio comparado a \$1,00:

	Brasil	Portugal	EUA	Japão	Alemanha
Moeda	R\$3,90	0,87 Euro	U\$1,0	112,29 Ien	0,87 Euro

(EUROSTAT, 12/2018)

O câmbio é considerado nominal quando fazemos a conversão em números por si só. Entretanto, o que deixamos de analisar é a conversão real do câmbio, que é feito pelo poder de compra de cada moeda. Além disso, pode ser comparada em paridade fixa, ou seja, de um para um.

O que podemos comprar com R\$1,00 e o que podemos comprar com \$1,00? A verdadeira pergunta deveria ser porque conseguimos comprar mais com uma moeda do que com outra se a cifra é a mesma?

Os fatores que influenciam qual deveria ser o verdadeiro poder de compra da moeda aborda o tema das regulações de trabalho, que muitas vezes vão parecer contraditórias ao pensarmos que deveriam ser feitas para proteger o próprio trabalhador. Entretanto, vamos analisar como estas mesmas regras que em suas raízes parecem nobres, terminam por limitar o poder de compra da moeda e geram queda da qualidade de vida quando comparamos o que ocorreu nas demais economias. Ou seja, se torna mais um fator que contribui para a queda de desempenho na superação do conflito financeiro.

Entre tantos pontos em regulação, um exemplo escolhido para ser destrinchado e refletido nesta parte do trabalho será o salário mínimo, que é uma regulação amplamente praticada e será analisada como um tema marginal ao assunto central, porém, de extrema importância. Portanto, discutiremos resumidamente como surge seu raciocínio e quais acabam sendo suas consequências na economia, por uma lente liberal.

A lógica econômica é tão magnífica que algumas vezes nos leva a conclusões contrárias à nossa intuição. O salário mínimo eleva a renda de alguns

trabalhadores, entretanto, diminui a renda de outros. Em seu cerne, supostamente nivela uma faixa salarial para impedir que trabalhadores recebam salários desproporcionais no sentido negativo a sua força de trabalho.

Entretanto, regulamentações sobre a segurança do trabalho beneficiam aqueles que são muito avessos ao risco à custa daqueles que estão dispostos a aceitar riscos maiores em troca de rendimentos mais altos.

A ironia trágica do mercado de trabalho regulado é que ele afeta mais adversamente aqueles que estão à margem da sociedade, pois além de seus efeitos danosos sobre a empregabilidade daqueles cuja mão-de-obra se torna submarginal em decorrência de controles sobre os salários e sobre as condições de trabalho, as regulamentações sobre o mercado de trabalho também exacerbam e perpetuam injustiças que de outra maneira seriam mitigadas pelo processo de mercado.

O racismo e outras formas de preconceitos têm sido aspectos marcantes do ambiente social humano desde tempos imemoriais. Por análise de contextos históricos, notamos que os membros de um grupo étnico e cultural dominante obtêm vantagens de sua condição de membros dessa classe socioeconômica dominante. Disso não se conclui que intervenções governamentais bem intencionadas sejam um corretivo adequado. Tragicamente, regulamentações sobre as condições de trabalho e um salário mínimo maior tendem a exacerbar - ao invés de mitigar - as desigualdades sociais, pois removem as penalidades que empregadores preconceituosos sofreriam em um mercado competitivo e eliminam uma importante margem que poderia ser utilizada por grupos marginalizados.

Quando as pessoas não podem mais competir com base em preços, quantidade e qualidade, as empresas passam a discriminar com base em algo que não seja a produtividade.

Exemplificando, em um livre mercado, um empregador racista seria penalizado (lucros menores do que de seus concorrentes) se ele praticasse qualquer tipo de discriminação. Sem um salário mínimo imposto, seria caro para um empregador racista negar a mão-de-obra de um trabalhador que ele discriminaria, se esse mesmo trabalhador pudesse aceitar o trabalho por um valor menor do que a de um trabalhador que não fosse discriminado por este mesmo empregador. Porém, quando o Estado passa a fixar o preço da mão-de-obra, e as condições de trabalho

são determinadas por decreto, esse mesmo empregador estará apto a exercer suas preferências racistas sem que receba uma merecida punição capitalista.

Milton Friedman argumenta abertamente que as leis do salário mínimo são racistas na prática, entretanto, não na teoria.

O economista Walter Williams, negro, que viveu a realidade norte americana, autor do livro “The state against the Blacks”, afirma que ainda em 1948, a participação de jovens negros no mercado de trabalho era maior que a de jovens brancos, e sua taxa de desemprego era menor. Porém, a cada aumento dado ao salário mínimo e conforme a abrangência alcançada pela lei, o cenário foi se alterando. Atualmente, a situação é exatamente a oposta daquela.

Como consequência desta reflexão, os cidadãos marginalizados que são negados nas oportunidades de trabalho se tornam os mais afetados por não poderem partilhar da prosperidade geral que uma economia de mercado produz.

No longo prazo, as causas tendem a ser o menor grau de diplomação e a menor renda durante toda a vida profissional, retraindo o potencial de renda que o trabalhador poderia alcançar num progresso linear.

Concluindo esta crítica, poderíamos adentrar sobre inúmeros outros pontos das regulações de forma a complementar ainda mais este abrangente tema, como por exemplo, o fundo de seguridade social, que no Brasil, em tese, resguarda um valor salarial descontado em fonte para situações de necessidade financeira do trabalhador. Porém, na prática, trata-se de um ato de trancamento de uma porcentagem salarial em regime de rendimento inferior ao da inflação, ou seja, que causa a desvalorização do patrimônio do trabalhador no longo prazo sob o argumento de estar protegendo financeiramente o mesmo indivíduo.

Pode-se afirmar que tais medidas encontram-se flexibilizadas conforme o aumento do IDH de cada nação, portanto, cabe a nós a constante análise em prol do bem estar social para contestarmos onde há obsolescência nos métodos de trabalho e nas medidas macroeconômicas que surgirão neste início de século XXI. O questionamento que fica é: Qual seria o desempenho econômico de uma nação ao possuir estes conceitos esclarecidos na educação básica do cidadão comum?

O Antídoto é Universal

A educação financeira é essencial para todos, mas a oportunidade de adquirir este conhecimento no período escolar seria um diferencial para que as crianças e adolescentes apresentassem maior consciência na relação com suas próprias finanças.

Na entrada dos jovens ao mercado de trabalho, vimos que muitos acabam caindo na inadimplência, pois começam a trabalhar, entram na possibilidade do crédito fácil ou crediários sem conhecer suas tarifas e funcionalidades, porém, quando percebem é tarde demais e contribuem com a estatística assustadora de brasileiros endividados que foi apresentada na descrição do ciclo econômico vicioso.

Por esta razão, neste capítulo, explico como é de suma importância aprender a lidar com as finanças pessoais e como a luta pela implementação da educação financeira nas escolas é o fator solução universal para a prosperidade dos países emergentes imersos na ignorância financeira de sua população.

O cidadão, quando ainda jovem, geralmente não têm propósito em sua vida, pois não pensa em planejamento do futuro. Acha que está muito longe de acontecer, contudo, o tempo passa rápido e deixa de se tornar um ponto aliado no desenvolvimento financeiro. A educação financeira não é apenas uma disciplina comum, trata-se de um conhecimento para toda a vida que será passada de geração para geração.

A noção de que o dinheiro precisa ser gasto com planejamento muda a vida de qualquer indivíduo e esta corrente precisa acontecer o quanto antes já que só agora foram criadas leis para os alunos terem acesso à educação financeira. Na rede de ensino particular, alguns colégios já possuem a disciplina, mas como aulas extracurriculares, ou seja, não obrigatórias.

Até 2018, a educação financeira não era obrigatória nas escolas brasileiras, entretanto, o projeto de lei (PL), de número 628/2017 foi aprovado pela câmara no dia 3 de maio de 2018, pelo vereador André Santos, do Partido Republicano de São Paulo. Neste projeto foi instituído o Programa de Educação Financeira Infantil no âmbito da rede municipal de São Paulo, que tem como objetivo passar

conceitos básicos de educação financeira para crianças do ensino fundamental, por meio de conteúdo prático, lúdico e interativo, o que proporcionará base para uma boa gestão, conscientização sobre suprimento de necessidades básicas, programação para a concretização de planos e metas e a importância de ser um consumidor consciente e responsável por seu futuro e pela economia do País como um todo.

Engatilhado neste projeto, veio a proposta de incluir a educação financeira no Brasil. Todavia, fazendo uma série de pesquisas, foi verificado que já ocorreram diversos projetos semelhantes a este que não chegaram a lugar algum, sendo o primeiro deles em 1996.

Como qualquer nova lei, as escolas tiveram um período predeterminado para a adequação da nova grade e as aulas são ministradas por profissionais de contabilidade ou professores que realizem o curso profissionalizante para lecionar a educação financeira nas escolas.

Neste ano, o Brasil vive um momento de transição de governos e espero que ao longo de 2019 seja acelerado o processo de aprovação e implantação do projeto nas escolas de todo o território nacional frente às burocracias do sistema. O acesso a essas informações pode transformar uma nação e com certeza os alunos com este conhecimento estarão mais preparados para lidar com suas finanças no futuro. No Ensino Fundamental, a disciplina está sendo incluída conforme a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Segundo a revista EXAME:

“A partir de dezembro de 2019, todas as escolas brasileiras devem estar completamente adaptados às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Uma dessas diretrizes diz respeito à resolução de problemas dentro do contexto da Educação Financeira. Segundo a BNCC, no ensino agora “podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos”. Além disso, a Base também diz que essa abordagem “favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro”.

De acordo com Lélia Longen Fontana, coordenadora editorial de Matemática da Conquista Solução Educacional, a orientação não é nova, uma vez que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) já refletiam sobre a colaboração que a Matemática tem a oferecer com foco na formação da cidadania, de modo que os

alunos fossem capazes de posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais. “Nos últimos anos, o ensino de Matemática tem valorizado a resolução de problemas. A diferença agora é que a Base deixa claro que devemos envolver contextos relacionados à Educação Financeira em todas as escolas, públicas e privadas”, expõe.

Essas mudanças estipuladas pela BNCC já estão aprovadas e entrando em vigor para os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Já para o Ensino Médio, Lélia explica que a Educação Financeira é importante, trabalhando também a compreensão do sistema monetário nacional e mundial, “o que é essencial para uma inserção crítica e consciente no mundo atual”. Para ela, ensinar os alunos a lidar com o dinheiro é muito importante, principalmente porque eles podem ser agentes multiplicadores dessas discussões junto às suas famílias. “As experiências vividas ao longo da infância e da adolescência influenciam na formação de aspectos relacionados à cidadania. A educação financeira está diretamente relacionada à construção da cidadania. Em tempos de consumismo desenfreado, é preciso desenvolver o senso crítico dos alunos em relação ao consumo. Além disso, discutir aspectos ligados ao desequilíbrio financeiro, à falta de planejamento, ao desemprego e seus efeitos nas famílias torna-se relevante. Portanto, educar sob o olhar da Educação Financeira é uma maneira de preparar crianças e jovens para o futuro, favorecendo sua formação cidadã e tornando-os capazes de estabelecer julgamentos, tomar suas próprias decisões e atuar de forma crítica em relação aos problemas colocados pela vida em sociedade”, conclui.

O Brasil encerrou o ano de 2018 com um aumento de 4,41% no número de consumidores com contas em atraso, na comparação com 2017. De acordo com dados do Indicador de Inadimplência da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), divulgados pela Agência Brasil, a estimativa é a de que o país fechou o último mês de dezembro com cerca de 62,6 milhões de brasileiros com alguma conta em atraso e com o CPF restrito para contratar crédito ou fazer compras parceladas. O número representa 41% da população adulta que reside no Brasil. Do ponto de vista do impacto da Educação Financeira na vida adulta, o consultor de investimentos da Inva Capital e professor de Pós-Graduação da Universidade Positivo, Raphael Cordeiro, lembra que passar conceitos financeiros para crianças e adolescentes leva a decisões mais acertadas no futuro. “São algumas coisas simples do mundo financeiro que as pessoas precisam aprender. O mais básico seria o fluxo de caixa, diferenciar o que é entrada, o que é saída, diferenciar a entrada de um resgate de investimento, por exemplo, com a receita de um salário. Além de aprender o quão nocivo é pegar empréstimos caros e quanto sai, de fato, um empréstimo. Aprendendo o conceito de caixa e juros compostos, as pessoas já podem ter uma vida financeira um pouco melhor que a nossa realidade”, argumenta.”(Dino, 2019, Revista EXAME).

Em virtude dos fatos, pode-se concluir que uma reforma educacional propondo a inclusão da disciplina e a conscientização financeira é o ponto inicial que

configuraria uma mudança definitiva nos impasses econômicos que uma série de países estão inseridos na atualidade. O conhecimento liberta.

Por fim, os indicadores sociais são o foco da cobrança de majoritária parcela da população, contudo, não ocorre a compreensão de que possuem uma relação de causa e efeito com o desenvolvimento econômico, negligenciando e ofuscando as variações do mercado no seu devido grau de importância para a condução do progresso. Em uma pergunta retórica, até que ponto o senso comum dita a verdade? Fica expresso que a luta pela resolução do conflito financeiro vicioso das sociedades nunca foi fundamentada no simples combate aos índices de violência e aumento do bem estar social. Pelo contrário, concluo que estas mesmas questões sempre foram regidas e conduzidas do caos aos patamares de excelência pela construção e manutenção de uma economia nacional próspera.

Bibliografia

ITAMARATY. *Mecanismos Inter Regionais, BRICS*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>. Acesso em: 20 abril 2019.

IBGE, *o que é PIB*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 18 abril. 2019.

SALMOS, *15:5, King James Bible*. Disponível em: <https://bibliaportugues.com/kja/psalms/15.htm>. Acesso em: 8 jun. 2019.

SEABRA, Raphael. *A Grande Traição da Aposentadoria*. Disponível em: <https://queroficarrico.com/blog/aposentadoria-brasileira/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

EXAME, Dino. *Escolas têm até o fim do ano para implementar a Educação Financeira*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/escolas-tem-ate-o-fim-do-ano-para-implementar-educacao-financeira/>. Acesso em: 3 jun. 2019.

PRB, *Aprovado projeto de lei que inclui educação financeira na grade curricular*. Disponível em: <http://prb10sp.org.br/noticias/aprovado-projeto-de-lei-que-inclui-educacao-financeira-na-grade-curricular/>. Acesso em: 26 abril 2019.

CÂMARA, Municipal de São Paulo. *Vereadores aprovam 81 Projetos de Lei em Sessão Plenária*. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/vereadores-aprovam-81-projetos-em-sessao-plenaria/>. Acesso em: 15 abril 2019.

DIÁRIO, Oficial. Câmara Municipal, PL0628-2017, Vereador André Santos. São Paulo, 25 novembro. 2017, p.88. Disponível em: <http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0628-2017.pdf>. Acesso em: 21 mai.2019.

IBGE, *Estatísticas Sociais*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acesso em 23 mai.2019.

WHITAKER, Paulo. Estadão: *Brasileiros começam 2019 mais endividados e inadimplentes*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/brasileiros->

[comecam-2019-mais-endividados-e-inadimplentes-diz-cnc/](#). Acesso em: 27 mai.2019.

CARDEN, Art. Instituto Mises: *O salário Mínimo, a discriminação e a desigualdade*. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=227>. Acesso em: 27 mai.2019.

FRIEDMAN, Milton. *Tyranny of the Status Quo*. Chicago: Houghton Mifflin Harcourt, 1984, 182 p.

IKENBERRY, John. *The End of Liberal International Order*. Princeton: International Affairs, 2018, 18 p.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens. Uma breve história da humanidade*. 27 ed. Oxford: L&PM Editores, 461 p.

FRIEDMAN, Milton. *Free to Choose*. Chicago: Houghton Mifflin Hartcourt, 1980, 338 p.

ATTALI, Jacques. *Os judeus, o dinheiro e o mundo*. 8 ed. Saraiva, 2011, 640 p.

WILLIAMS, Walter. *The State against the blacks*. 3 ed. Mac-Graw Hill Companies, 1982, 183 p.